



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1988

ANO XIV

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 283/88

ORÇAMENTO PROGRAMA ANUAL 1989

P A R E C E R:

1. INTRODUÇÃO

Atendendo ao que preceitua o artigo 36 da Constituição do Estado do Paraná, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado envia à apreciação desta Assembléia Legislativa a Mensagem n° 108/88 que, transformada no Projeto de Lei n° 283/88, visa dotar nosso Estado de uma nova Lei de Meios.

2. OS NÚMEROS GERAIS

O Projeto ora em deliberação estima para o exercício de 1989 uma receita de Cr\$ 2.491.944.178.000,00 (dois trilhões, quatrocentos e noventa e um bilhões, novecentos e quarenta e quatro milhões e cento e setenta e oito mil cruzados), fixando a despesa de acordo com os anexos, que passam a fazer parte integrante do corpo legal, em igual importância.

As receitas de recolhimento centralizado estão estimadas em Cr\$ 1.954.768.718.000,00 (um trilhão, novecentos e cinquenta e quatro bilhões, setecentos e sessenta e oito milhões e setecentos e dezoito mil cruzados), e, as de recolhimento descentralizado em Cr\$ 537.175.460.000,00 (quinhentos e trinta e sete bilhões, cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e sessenta mil cruzados).

3. Conforme se demonstra no quadro abaixo, as funções prioritárias são as seguintes:

Educação e Cultura - 18,4%

Transporte - 18,1%

Administração e Planejamento - 16,4%

Assistência e Previdência - 12,8%

FONTES

FUNÇÕES

	TESOURO		OUTRAS FONTES (1)		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
LEGISLATIVA	28.038.783	1,4	-	-	28.038.783	1,1
JUDICIÁRIA	88.810.265	4,5	-	-	88.810.265	3,6
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	372.727.409	19,1	37.242.739	6,9	409.970.148	16,4
AGRICULTURA	113.460.091	5,8	36.397.243	6,8	149.857.334	6,0
COMUNICAÇÕES	1.975.470	0,1	39.500	-	2.012.970	0,1
DEFESA NAC. E SEGURANÇA PÚB.	131.749.327	6,7	4.299.318	0,8	136.049.245	5,5
DESENVOLV. REGIONAL	166.170.227	8,5	2.355.000	0,4	168.525.227	6,8
EDUCAÇÃO E CULTURA	402.687.288	20,6	57.338.828	10,7	460.026.116	18,4
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	34.494.239	1,8	-	-	34.494.239	1,4
HABITAÇÃO E URBANISMO	1.638.436	0,1	-	-	1.638.436	0,1
INDÚSTRIA, COM. E SERVIÇOS	8.366.426	0,4	6.770.540	1,3	15.136.966	0,6
SAÚDE E SANEAMENTO	111.604.665	5,7	112.818.273	21,0	224.422.938	9,0
TRABALHO	3.797.212	0,2	-	-	3.797.212	0,1
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	226.131.370	11,6	92.141.293	17,2	318.272.663	12,8
TRANSPORTE	263.118.910	13,5	187.772.726	34,9	450.891.636	18,1
TOTAL	1.954.768.718	100,0	537.175.460	100,0	2.491.944.178	100,0

4. AS EMENDAS

Dentro do prazo regimental foram apresentadas 1056 (mil e cinquenta e seis) emendas ao Projeto de Lei N° 283/88, ora em apreciação.

Da análise das emendas, aglutinadas por similaridade

TEMOS

EMENDAS DE N° 001 a 787 - de 787 a 834 - 1021 - 1043 e 1046 - Não devem ser acolhidas, visto no seu somatório proporem a extinção pura e simples da Secretaria de Comunicação Social. Estas emendas, em número de oitocentos e quarenta, apresentam impropriedade de classificação deturpando as funções originárias deste Órgão, explicitadas no art. 23 da Lei N° 8485.

EMENDAS DE N° 835 a 886 - Da análise destas emendas em que pese a intenção do deputado autor, em dotar de verbas as Entidades aí apontadas, conclui-se pelo seu não acolhimento por alocarem recursos em unidades administrativas que não comportam tal finalidade. Além disso, aos códigos apresentados nas respectivas não correspondem os órgãos neles nominados.

EMENDAS DE N° 887 a 901 - Tecnicamente incorretas, pois não cabe ao DECOM a programação de obras sendo ele apenas um Órgão executor. Ademais, trata-se de despesas de capital não previstas no Orçamento Plurianual de Investimentos.

Pelo não acolhimento.

EMENDAS DE N° 902, 903, 904 e 1018 - Não podem ser acolhidas porque não especificam a despesa, como também não estão discriminadas no Orçamento Plurianual de Investimentos.

EMENDAS DE N° 905 a 935 - Não cabe a discriminação de entidades beneficiárias de verbas na forma proposta, porque a "Execução dos Programas Especiais da S.E.T.A." não trata especificamente do repasse de verbas de assistência social para entidades, mas aglutina um conjunto bem mais amplo de atividades que contemplam o Estado como um todo. Razões estas que tolgem o acolhimento das presentes emendas.

EMENDAS DE N° 936 a 994 - É imprópria a indicação de entidades a serem beneficiadas, pois o Orçamento contempla o Estado como um todo. A destinação dos re-

cursos de Assistência Social Geral obedece a critérios de ordem geral que impossibilitam a especificação de apenas determinadas entidades.

Somos pelo não acolhimento.

EMENDAS DE N° 995 a 998 - As emendas propõem investimentos não previstos no Orçamento Plurianual de Investimentos, não devendo ser acolhidas.

EMENDAS DE N° 999 a 1017 - Tratando-se de emendas que discriminam recursos para construção e pavimentação de estradas rurais através de convênios com a caixa Econômica Federal - CEF não devem ser acolhidas pois tais convênios já determinam os trechos de estradas a construir. Da mesma forma, a não identificação do valor e da dimensão das obras impede a acolhida das emendas.

EMENDAS DE N° 1019 - O não acolhimento da presente emenda decorre de impropriedade de classificação, visto que os recursos seriam encaminhados ao Programa do Livro Didático e não ao atendimento do educando portador de excepcionalidade, conforme intenção do Autor.

EMENDA DE N° 1020, 1023, 1026, 1027 e 1031 - O acolhimento destas emendas significaria, na prática, a paralisação das atividades dos órgãos da administração direta, visto que o orçamento foi elaborado com uma previsão mensal de 18% de inflação.

A flexibilidade que a lei n. 4.320 concede, em se tratando de limites autoritários para créditos suplementares constantes das dotações cobertas com receita centralizada ou descentralizada, é que viabiliza em termos operacionais a programação orçamentária do Estado.

As alterações propostas, diminuindo o percentual pretendido, criariam o caos administrativo na execução orçamentária do Estado do Paraná.

EMENDA DE N° 1025 - Ainda que pese a relevância dos objetivos colimados pela presente Emenda, recomenda-se o não acolhimento da mesma pelas razões a seguir: Embora encontre respaldo na lei n. 4.320/64 como cita o Autor, a aprovação da mesma viria inviabilizar as ações administrativas dos órgãos articulados na presente Emenda nos meses de janeiro, fevereiro e março em consequência do recesso parlamentar, que impediria a aprovação por este Poder dos orçamentos já referidos.

EMENDA DE N° 1029 - A presente Emenda

determina que, nos termos da legislação federal vigente, o Poder Executivo enviará à Assembléia projetos de normas complementares pertinentes à execução do orçamento.

Ora, a legislação federal específica ainda é a Lei n. 4.320/64, a qual deverá, em breve, ser revista, ajustando-se aos novos dispositivos constitucionais. Por outro lado, a iniciativa não encontra guarida na presente Lei Orçamentária, uma vez que provoca o Poder Legislativo a estabelecer normas complementares à execução orçamentária, e tais medidas só serão possíveis após a edição da nova Carta Constitucional do Estado.

Pelas razões expostas somos pela rejeição da presente Emenda.

EMENDA DE N° 1030 - Tratando-se de emenda supressiva, seu acolhimento afetaria a racionalidade administrativa e o próprio plano de ação governamental na área da Comunicação Social e Casa Civil.

O artigo 8° da Lei Orçamentária, na forma proposta visa tão somente a racionalidade administrativa, impedindo a superposição de iniciativas similares. Assim sendo, somos pelo não acolhimento desta Emenda.

EMENDA DE N° 1028 - O acolhimento da presente emenda fica prejudicado pelo não acolhimento da Emenda de n. 1030. Razão pela qual a emenda não deve ser também acolhida.

EMENDA DE N° 1022 - A programação do CEASA já consta com uma verba de seis bilhões e cento e oitenta e oito milhões para atender à programação e a famílias de baixa renda em compras comunitárias para 133,5 mil famílias, o que caracteriza um atendimento adequado, tornando-se desnecessário o acréscimo proposto.

Pelo não acolhimento da presente emenda.

EMENDA DE N° 1024 - A emenda pressupõe obras de infraestrutura de construções de creches, caracterizando investimentos não constantes do plano plurianual de investimentos, razão pela qual a emenda não deve ser acolhida.

EMENDA DE N° 1032 a 1040 - As emendas de ns. 1032 a 1040 propõem a criação de cursos de 2° grau em estabelecimentos de ensino de Cascavel; dão nova destinação a recursos originários de fontes conveniadas; criam programas através da instituição de fundos; criam Faculdades; extinguem órgãos; além das de ns. 1035 e 1039 não especificarem as fontes de recursos a serem alocados para dar suprimento às despesas decorrentes das mesmas.

Quanto a criação de cursos de 2º grau, em Escolas da cidade de Cascavel, conforme especifica o Autor, há de se convir que tal propositura colide com programa específico da SEED, onde a implantação dos mencionados cursos devem atender a alguns quesitos fundamentais, como a existência de estrutura física, professores disponíveis existência de clientela, etc. E, conforme depreende-se da justificativa do Autor, os núcleos ali apontados já são atendidos com os cursos propostos, em Escolas de 1º grau.

Pelas razões supra expostas, somos pelo não acolhimento.

EMENDA DE N° 1041 - Tratando-se de medida meramente autorizatória e, cabendo ao Chefe do Poder Executivo acatá-la ou não, decide-se pelo acolhimento da presente Emenda na forma proposta.

EMENDA DE N° 1042 - O não acolhimento da presente emenda, justifica-se pela impropriedade técnica, visto a mesma não especificar a fonte de recursos pretendida.

EMENDAS DE N°s 1043 e 1046 - As presentes emendas, se acatadas implicariam a extinção da Secretaria de Comunicação Social, visto a somatória dos recursos pretendidos, totalizando oito bilhões de cruzados. Pelo não acolhimento das emendas.

EMENDA DE N° 1044 - Não especifica os elementos de despesa, o que impede a análise técnica da emenda que, por esta razão não deve ser acolhida.

EMENDA DE N° 1045 - A presente emenda, se acolhida implicaria na transferência dos recursos previstos para a FASPAR, em código que não absorve as atividades originalmente propostas na Lei Orçamentária.

EMENDA DE N° 1047 - A presente emenda não deve ser acolhida por impropriedade técnica em sua apresentação, já que inseriria no texto da Lei Orçamentária, matéria a ele estranha.

EMENDA DE N° 1048 - Nos termos da presente emenda o autor pretende normatizar a aplicação de receitas que o Estado do Paraná vier a auferir a título de compensação financeira pela exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no território, plataforma continental, mar territorial, ou zona economicamente exclusiva, destinando os recursos referidos ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, para aplicação exclusiva com projetos, nos quais se identifique com clareza os retornos econômicos

e sociais.

Em se tratando de medidas normativas que deverão ser tomadas pelo Chefe do Executivo Estadual, cabendo exclusivamente a ele sua aplicabilidade. Pelo acolhimento.

EMENDA DE N° 1049 - O autor pretende a centralização parcial ou total de recursos oriundos do tesouro do Estado das dotações que especifica, no orçamento da Secretaria de Estado da Administração. Em se tratando de medida autorizatória, versando apenas sobre centralização de recursos dos objetivos pelo arrojado exposto na justificativa, somos pelo acolhimento da presente emenda.

EMENDAS DE N°s 1050 e 1054 - As emendas de n° 1050 e 1054, visam a implantação de colégios de 2º grau nas sedes de municípios onde inexistia oferta de tais cursos e a incrementação da ação cultural na área das fundações culturais no Estado do Paraná, respectivamente.

Técnicamente corretas quanto à formulação, indicando as fontes de recursos a darem suprimento aos encargos oriundos da proposta, e considerando ainda o inestimável retorno social, decorrente da adoção de tais medidas, somos pelo acolhimento das mesmas.

EMENDA DE N° 1053 - A presente emenda visa ajustar o orçamento da Assembléia Legislativa, tendo em vista os índices inflacionários previstos para o exercício de 1989.

Há que se considerar, porém, que a Assembléia, durante o exercício poderá suplementar seu orçamento de acordo com as necessidades emergentes, evitando desta forma o desajuste orçamentário dos órgãos dos quais solicita-se o remanejamento de recursos.

Tendo em vista tais considerações somos pelo não acolhimento.

EMENDA DE N° 1052 - A emenda de n° 1052 que propõe a adição de Cr\$ 3.000.000,00 ao orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para atender as necessidades básicas das populações de baixas rendas, conforme especifica para auxiliar o Projeto Rondon, em programas de defesa do meio ambiente.

Tais obras de infra estrutura já estão previstas e serão executadas pelo Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano.

Quanto ao auxílio proposto ao Projeto Rondon, em se tratando de projeto federal, recomenda-se que os recursos pretendidos constituam-se em objeto de convênios com órgãos federais que atuam na área. Pelo não acolhimento.

EMENDAS DE N°s 1051 - 1055- 1056 - Estas emendas deixam de ser apreciadas, tendo em vista que foram retiradas pelos Autores.

CONCLUSÃO - Considerando o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n° 283/88. bem como das emendas de n°s 1041, 1048, 1049, 1050 e 1054, e, em decorrência destas inclua-se o seguinte artigo:

"Art.... - O Poder Executivo providenciará junto aos órgãos pertinentes, as medidas para que se procedam os ajustes necessários nos quadros demonstrativos dos anexos da presente Lei", sendo as demais emendas tidas como rejeitadas.

É o parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 10.11.88.

(aa) GERNOTE KIRINUS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Projeto de Lei n° 272/88

PARECER:

1. INTRODUÇÃO

Atendendo pressupostos constitucionais e legais o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, através da Mensagem n° 102/88, de 12 de setembro de 1988, envia para exame e deliberação desta Assembléia Legislativa o Orçamento Plurianual de Investimentos referente ao triênio 1989-1991.

Os dispositivos que tratam a matéria, encontram parâmetros na Constituição Estadual, Emenda Constitucional n° 3, Ato Complementar n° 43 e a Lei Estadual n° 5.982/69.

O documento processado consubstancia-se no Projeto de Lei n° 272/88, visando dar destinação aos recursos financeiros das despesas de Capital possibilitando uma ação governamental, no pressuposto de atendimento às prioridades paranaenses.

2. PROBLEMAS INSTRUMENTAIS:

A tentativa de adotar o OPI, como instrumento de planejamento, evidencia a possibilidade de propiciar aos órgãos governamentais, os meios que possibilitem dar satisfação às comunas daquilo que pretendem realizar em termos de obras.

A mais importante função instrumental do OPI consta do § 2°, do artigo 33, da Constituição do Estado do Paraná que assim se expressa:

§ 2° - "Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro,

poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Orçamento Plurianual de Investimentos ou sem prévia lei que autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução".

3. ANÁLISE GERAL DO DOCUMENTO:

No OPI existe uma previsão de destinar um montante correspondente a Cz\$ 1.965.102.308.000,00 (um trilhão noventa e sessenta e cinco bilhões, cento e dois milhões e trezentos e oito mil cruzados) em despesas de capital para o exercício de 1989; 1.937.578.865,00 (um trilhão, novecentos e trinta e sete bilhões, quinhentos e setenta e oito bilhões e seiscentos e sessenta e cinco mil cruzados) em despesas de capital para o exercício de 1990 e Cz\$ 1.784.671.803,00 (um trilhão, setecentos e oitenta e quatro bilhões, seiscentos e setenta milhões e oitenta e três mil cruzados) em despesas de capital para o exercício de 1991.

4. DAS EMENDAS -

Foram apresentadas 05 (cinco emendas de n° 01 - 02 - 03 - 04 e 05.

EMENDAS DE N° 01 - 02 - 03 e 04 - As emendas em apreço propõe reduções nas dotações da Chefia do Poder Executivo; Supervisão e Coordenação Superior, destinando os recursos oriundos de tais reduções à Universidade do Oeste, à implantação da FERROESTE e ao Amparo a Programas de Agricultura, Habitação e Saúde. Porém, não quantifica os montantes a serem aplicados em cada programa, omitindo, também, as rubricas correspondentes. Além do que, extingue órgãos e propõe a venda de bens do Estado, razão que caracteriza impropriedade técnica e adequação da proposta à lei orçamentária.

Pelas razões expostas, somos pelo não acolhimento.

EMENDA DE N° 05 - A presente emenda, ainda que pese a boa intenção do autor, fica impossibilitada de ser acolhida, uma vez que não indica as fontes de recursos a serem alocados para fazerem face aos aumentos de despesas sugeridos.

5. CONCLUSÃO:

Considerando o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei N° 272/88 na forma proposta, rejeitando-se as emendas a ele apresentadas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.88.

(aa) Dep. GERNOTE KIRINUS - Presidente

Dep. HOMERO OGUIDO - Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Ata da reunião da Comissão de Orçamento, realizada em 10 de novembro de 1988.

Aos dez dias do mês de novembro de hum mil novecentos e oitenta e oito, sob a presidência do Deputado Gernote Kirinus, contando com a presença dos senhores Deputados Homero Oguido, Nestor Baptista e Tadeu Lúcio Machado, reuniu-se na Sala das Comissões a Comissão de Orçamento para apreciar os pareceres elaborados pelo relator, Deputado Homero Oguido, aos Projetos de Lei n° 283/88 e 272/88, respectivamente Orçamento Programa 1989 e Orçamento Plurianual de Investimentos 1989 - 1991, com as emendas a estes apresentadas. Todos os membros presentes concordaram com os pareceres do Relator, reservando-se o direito

de discutir a matéria em Plenário. Os pareceres ficam assim, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a ser discutido ou deliberado, o senhor presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. Assim sendo, eu, Ayrton Alves Aranha, secretário desta Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os membros presentes.

Sala das Comissões, em 10.11.88.

(aa) Dep. GERNOTE KIRINUS

Presidente

Dep. HOMERO OGUIDO

Relator

Dep. NESTOR BAPTISTA

Dep. TADEU LÚCIO MACHADO

Ayrton Alves Aranha

Secretário

(REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES).